

SUMÁRIO

PARTE I

Introdução	19
NORMAS TRABALHISTAS INFRALEGAIS. DECRETO Nº 10.854, DE 10/11/2021 – DOU DE 11/11/2021	25
Introdução	25
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	26

DIVISÃO I

SISTEMAS DE CÁLCULOS TRABALHISTAS	27
--	-----------

1

SALÁRIO E REMUNERAÇÃO: CONCEITOS E PROCEDIMENTOS	29
1.1. Salário.....	29
1.1.1. Salário-mínimo	29
1.1.1.1. Salário-mínimo conforme CF e CLT.....	29
1.1.1.2. Salário do aprendiz.....	30
1.1.1.3. Súmula Vinculante 4 do STF	30
1.1.2. Salário normativo ou piso salarial	30
1.1.3. Salário profissional	30
1.1.4. Salário complessivo.....	31
1.1.5. Salário do empregado substituto e sucessão.....	31
1.1.6. Vacância e cargo definitivo – Súmula 159 do TST	31
1.1.7. Salário nominal	32
1.1.8. Salário utilidade ou <i>in natura</i>	32
1.1.8.1. Utilidades concedidas pelo empregador	33
1.1.9. Pagamento do salário.....	33
1.1.10. Salário pago por comissões e percentagens	34
1.1.11. Descontos legais do salário.....	34
1.1.12. Definição de salário e remuneração, por ocasião do pagamento das férias.....	35

1.2.	Remuneração: Artigos 457 e 458 da CLT	35
1.2.1.	Gorjetas	35
1.2.1.1.	Detalhamento de retenção e distribuição da gorjeta	36
1.2.1.2.	Definição em assembleia geral dos trabalhadores	36
1.2.2.	O que integra e não integra o salário	36
1.2.3.	Diárias para viagem x despesas operacionais	37
1.2.4.	Prêmio – condição para não integrar a remuneração	37
1.2.5.	Remuneração ou salário global	37
1.2.6.	Rendimentos sem encargos	37
1.2.7.	Depósito de salários em conta bancária	38

2

FÉRIAS (ARTIGOS 129 A 153 DA CLT)

ASPECTOS TEÓRICOS, EXERCÍCIOS

PRÁTICOS E MODELOS 41

O DIREITO A FÉRIAS	41
2.1. Introdução sobre férias	41
2.2. Faltas não abonadas (justificadas)	43
2.3. Férias de trabalho de tempo parcial	44
2.4. Quando a ausência do empregado não é considerada falta ao serviço	44
2.5. Início das férias que antecede RSR e feriado	45
2.6. Férias em até três períodos	46
2.7. Perda do direito e alteração do período aquisitivo de férias	46
2.8. Férias pagas em dobro e 5% de pena diária do salário-mínimo da região e menor estudante	47
2.9. Prescrição das férias	48
2.10. Remuneração das férias na data de sua concessão	48
2.11. Aviso e recibo de férias	49
2.12. Férias: um terço a mais que o salário normal	50
2.13. Incidência do “INSS, FGTS e IRRF” sobre o pagamento de férias	51
2.14. Extinção do contrato de trabalho e o pagamento das férias	53
2.15. Férias: Abono pecuniário	53
2.16. Limite de não incidência de encargos no abono pecuniário (pouco executado)	54
2.17. Férias coletivas	54
2.17.1. Modelo de comunicação para férias coletivas	55
2.17.2. Cálculo das férias proporcionais	56
2.18. Férias pagas na extinção do contrato de trabalho	57
2.18.1. Súmula nº 261 do TST – nova redação dada pela Resolução 121/2003 (DJ 19-11-2003)	57
2.18.2. Desconto do INSS sobre férias indenizadas	58

2.19.	Pagamento da primeira parcela do 13º salário (gratificação de Natal) por ocasião das férias	58
2.20.	Desconto do imposto de renda sobre as férias.....	59
2.21.	Modelos e exercícios práticos de férias.....	59
2.21.1.	Tabela do INSS e IRRF para 2026.....	59
2.22.	Modelo de requerimento do abono pecuniário.....	60
2.23.	Controvérsia de entendimento sobre abono pecuniário e 1/3 da CF (inciso XVII do art. 7º) com exemplo prático	61
2.23.1.	Férias normais de 30 dias sem abono pecuniário	61
2.23.2.	Primeiro método consolidado pelos empregadores	62
2.23.3.	Primeiro método não praticado pela maioria dos empregadores.....	63
2.24.	Modelo de aviso de férias	64
2.24.1.	Anotações de férias	64
2.24.2.	Anotações no livro ou ficha de registro de empregados ou sistema digital.....	64
2.25.	Exemplos de cálculos de recibo de férias.....	65
2.25.1.	Modelo de solicitação de abono pecuniário de férias	67
2.26.	Primeiro exercício de abono pecuniário de 30 dias de férias	68
2.27.	Segundo exercício de abono pecuniário	69
2.28.	Férias início em um mês e término no seguinte.....	70
2.28.1.	Primeiro exercício de férias tem início em um mês e término no seguinte 30 dias de férias.....	70
2.28.2.	Esclarecimentos de pagamento do salário de Suzy Rosaline nos meses de nov. e dez./2026.....	72
2.29.	Exercícios de férias em “três períodos” com a anuência do empregado.....	73
2.29.1.	Primeiro período de 14 dias	73
2.29.2.	Segundo período de 5 dias	75
2.29.3.	Terceiro período de 11 dias	76
2.30.	Exercício de Férias – várias simulações de gozo de férias e solicitando abono pecuniário.....	77
2.30.1.	Cálculo período de 30 dias de férias	78
2.30.2.	Férias com abono pecuniário – dados para os cálculos.....	79
2.30.3.	MAIS USUAL – Férias de 20 dias	80
2.30.4.	MENOS USUAL – Férias de 20 dias	81
2.30.5.	MAIS USUAL – Abono pecuniário de 10 dias	82
2.30.6.	MENOS USUAL – Abono pecuniário de 10 dias	83
2.31.	Férias para horista que recebe adicional noturno	84
2.31.1.	Recibo de Férias de 30 dias	85
2.32.	Mensalista que recebe adicional de periculosidade, ficando afastado por um período e recebendo auxílio-doença	86
2.32.1.	Recibo de férias.....	87
2.33.	Férias normais com início em um mês e término no seguinte (uma parte em dobro)	88

2.33.1.	Recibo de férias.....	88
2.34.	Férias pagas em dobro e pagamento complementar mensalista	90
2.34.1.	Recibo de férias e pagamento em dobro	90
2.34.2.	Reajuste de 15% a partir de 1º/09/2026, recibo complementar de férias e pagamento em dobro.....	92

3

HORAS EXTRAS		95
3.1.	Cálculo de integração das horas extras no repouso semanal remunerado e feriado.....	99
3.2.	Banco de horas – acordo individual e coletivo	99
3.2.1.	Diferença entre banco de horas e horas extras.....	100
3.2.2.	O banco de horas pode ser prejudicial ao empregado.....	101
3.2.3.	Remuneração variável.....	102
	3.2.3.1. Garantia de salário	103
3.2.4.	Cálculo de integração do repouso semanal e feriado nas comissões.....	103

4

13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA)	105
4.1. Esclarecimentos.....	105
4.1.1. Primeira parcela.....	106
4.1.2. Segunda parcela.....	109
4.2. Auxílio-doença previdenciário.....	110
4.3. Auxílio-doença por acidente de trabalho	110
4.4. Serviço militar	111
4.5. Adicional noturno.....	111
4.6. Adicional de insalubridade e periculosidade	111
4.7. Hora extra e gratificação semestral	111
4.8. Desconto do INSS do empregado no pagamento final	112
4.8.1. Desconto em separado do salário	113
4.8.1.1. No cálculo do salário-de-benefício não será considerada a remuneração do 13º salário (gratificação natalina)	115
4.8.2. Imposto de Renda.....	115
4.9. Pagamento do 13º salário correspondente ao período de licença-maternidade.....	116
4.9.1. Reembolso do 13º salário correspondente ao período de licença-maternidade.....	117
4.10. Recolhimento da contribuição do INSS para o 13º salário	118
4.11. Salário variável	119

5

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO (RSR)	121
5.1. Conceitos	121
5.2. Período de repouso	122
5.3. Horário de trabalho 24 x 36 e não jornada de trabalho	122
5.4. Escala de revezamento	125
5.5. Trabalhadores em empresas petrolíferas e petroquímicas	125
5.6. Desconto do Repouso Semanal Remunerado (RSR) para mensalista e quinzenalista	126
5.7. Jurisprudência	127
5.8. Semana para desconto do repouso semanal remunerado	127
5.9. Domingo e feriado no mesmo dia	128
5.10. Compensação do sábado, quando o sábado é feriado	128
5.11. Intervalo para repouso e alimentação não concedidos pelo empregador	129
5.12. Capítulo XVI do Decreto nº 10.854/2021, que revogou o Decreto nº 27.048/1949	130

6

JORNADA DE TRABALHO ARTIGOS 58 A 65 DA CLT	135
6.1. Primeiro exemplo (mensalista)	135
6.2. Segundo exemplo (horista)	136

7

TELETRABALHO (TRABALHO REMOTO)	137
7.1. Conceito	137
7.2. Documentos necessários	137
7.3. Cuidados importantes	138
7.4. Contrato individual em trabalho remoto – empregado – teletrabalho	139
7.5. Comunicação, suprimento de equipamentos tecnológicos e infraestrutura	139
7.6. Verificação das condições de trabalho e tecnologias necessárias	140
7.7. Normas e procedimentos para uso de tecnologia no exercício do cargo ou função	140

8

INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE	143
8.1. Insalubridade – Artigo 192 da CLT e NR-15	143
8.2. Periculosidade – artigo 193 da CLT e NR-16 (Súmula 191 do TST foi derogada)	144

9**ADICIONAL NOTURNO 147**

9.1. Quando tem direito – com vários exemplos de cálculos 147

10**ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA 153**

10.1. Transferência de empregados da administração pública 153

11**PAGAMENTO DE SOBREAVISO 155**

11.1. Conceito 155

11.2. Aplicação analógica 156

11.3. O que caracteriza e não caracteriza o sobreaviso – Sumula 428 do TST 157

11.4. Cálculo do sobreaviso 157

11.5. Modelo de escala de sobreaviso 159

11.6. Modelo de tempo de responsabilidade para uso do celular não tendo configuração de sobreaviso 160

12**PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PRIVADA) 161**

12.1. Realidade atual 161

12.2. Plano gerador de benefícios livres (PGBL) 162

12.3. Vida gerador de benefício livre (VGBL) 162

13**AUXÍLIO-EDUCAÇÃO 163****14****TRANSPORTE DESTINADO AO DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO E RETORNO 165****15****VEÍCULO USADO PARA O TRABALHO E PELO TRABALHO 167**

15.1. Veículo usado para o trabalho (ferramenta de trabalho) 167

15.2. Veículo usado pelo trabalho (vantagens concedidas pelo trabalho) 167

16

COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA	169
---	------------

17

NOVOS CÁLCULOS DO INSS (RGPS, RPPS) E IRRF PARA 2026, A PARTIR DE 1º/1/2026	171
17.1. Tabela atualizada do INSS (RGPS) a partir de 1º de janeiro de 2026.....	171
17.2. Tabela INSS 2026 (Segurados Empregados, Domésticos e Avulsos) – com valor a deduzir (fator de dedução)	172
17.3. Tabela do IRRF a partir de 1º de janeiro de 2026	173
17.3.1. Tabela de Isenção e Redução do IR – Mensal a partir de 1/1/2026	173
17.3.2. Tabela mensal do Imposto de Renda em 2026 > de R\$ 7.350,00	174
17.3.3. Receita Federal – fazendo o cálculo do IRRF (mensal)	174
17.4. Fundamentação legal das novas tabelas e salário-mínimo de 2026	174
17.4.1. SALÁRIO-MÍNIMO PARA 2026.....	174
17.4.2. PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 13, DE 9 DE JANEIRO DE 2026	175
17.4.2.1. Tabela simplificada	182
17.4.3. Imposto de renda - lei nº 15.270, de 26/11/2025 a partir de 1/1/2026	183
17.4.4. Tabela mensal do Imposto de Renda em 2026 – para rendas acima de R\$ 7.350,00	193
17.5. Comentário da Nova Tabela do Imposto de Renda.....	193
17.5.1. Tabela de isenção e redução do IR mensal: 2026	194
17.5.2. Tabela mensal do IR em 2026, acima de R\$ 7.350,00	194
17.5.3. Tabela anual do Imposto de Renda em 2026	195
17.5.4. Tributação de dividendos	197
17.5.5. Deduções que continuam valendo	197

18

INSS, FGTS E IRRF	199
18.1. Prática de incidências nos pagamentos feitos a empregados (INSS, FGTS E IR)	199

19

TRABALHO INTERMITENTE ADMISSÃO, CONTRATO, PAGAMENTO DE SALÁRIO E CÁLCULO DO RSR	209
Prefácio	209
Introdução	210
19.1. Admissão de empregado de trabalho intermitente	212
19.1.1. Admissão.....	212

19.1.2.	Proposta para emprego e currículo vitae	213
19.1.3.	Recibo de entrega e devolução da CTPS – art. 29 da CLT	215
19.1.4.	Registro de empregados	215
19.1.5.	Documentação	215
19.1.6.	Comunicação do empregado ao empregador durante o contrato de trabalho	216
19.1.7.	Documentos que a empresa deverá preencher	216
19.1.7.1.	Carteira de Trabalho e Previdência Social	216
19.1.7.1.1.	Reforma trabalhista – multa	217
19.1.8.	Exame médico	218
19.2.	Descrição do cargo	219
19.2.1.	Conceito de descrição de cargos	220
19.2.2.	Tarefa, função e cargo	221
19.2.3.	Realizando análise e descrição de cargos	222
19.2.4.	Análise de cargo e sua descrição	223
19.2.4.1.	Como elaborar	223
19.2.4.2.	Desenho de cargos	224
19.2.4.3.	Entrevista de descrição e análise de cargos	224
19.2.4.4.	Descrição do cargo	224
19.2.4.5.	Especificações do cargo	225
19.2.4.6.	O que essa empresa representa para você?	226
19.2.4.7.	Os usos da descrição e análise de cargos	226
19.2.5.	Exemplos práticos de descrição de cargos	226
19.2.5.1.	Editor de texto	227
19.2.5.2.	Guia de turismo	227
19.2.5.3.	Guardador e lavador de veículos	228
19.2.5.4.	Pedreiro	228
19.2.5.5.	Camareiro (a) de hotel	228
19.2.5.6.	Pintor	229
19.2.5.7.	Eletricista	229
19.2.5.8.	Jardineiro	230
19.2.5.9.	Copeiro	230
19.2.5.10.	Cozinheiro	230
19.3	Contrato de trabalho intermitente	231
19.3.1.	Modelo de um contrato de trabalho intermitente	231
19.4.	Controle do horário de trabalho	234
19.4.1.	Cartão de ponto, livro ou sistema eletrônico do trabalho intermitente	234
19.4.2.	Modelo de comprovante de registro de ponto do trabalhador intermitente	234
19.4.3.	Serviço externo – ficha, papeleta ou registro de ponto	235
19.4.3.1.	Modelo de ficha de ponto do empregado em trabalho intermitente externo	235
19.5.	Salário-mínimo, salário por hora e paradigma salarial para o trabalho intermitente	237

19.5.1.	Salário-mínimo, salário hora e paradigma.....	237
19.6.	Convocação do empregador para o trabalho, aceitação e recusa do empregado – procedimentos.....	239
19.6.1.	Convocação do empregador ao empregado para o trabalho.....	239
19.6.2.	Recusa e aceitação como proceder.....	239
19.7.	Período de inatividade.....	239
19.8.	Folha de Pagamento e Recibos.....	240
19.8.1.	Proventos.....	242
19.8.1.1.	Salário.....	242
19.8.1.1.1.	Depósito de salários em conta bancária.....	243
19.8.1.2.	Horas extras.....	243
19.8.1.2.1.	Modelo de prorrogação de jornada de trabalho.....	244
19.8.1.2.2.	Cálculo de integração das horas extras no repouso semanal remunerado e feriado.....	245
19.8.1.3.	Banco de horas – acordo individual e coletivo.....	245
19.8.1.3.1.	Diferença entre banco de horas e horas extras.....	246
19.8.1.3.2.	O banco de horas pode ser prejudicial ao empregado.....	247
19.8.1.4.	Adicional de insalubridade.....	248
19.8.1.4.1.	Base de cálculo para o adicional de insalubridade.....	248
19.8.1.4.2.	Exclusão do pagamento do adicional de insalubridade.....	249
19.8.1.5.	Adicional de periculosidade.....	250
19.8.1.6.	Adicional noturno.....	252
19.8.1.7.	Salário-família.....	253
19.8.1.8.	Ajuda de custo e diárias para viagem.....	254
19.8.2.	Descontos da Folha de Pagamento.....	254
19.8.2.1.	Obrigatoriedade de contribuição do aposentado que trabalha como intermitente ao INSS.....	254
19.8.2.2.	Imposto de Renda.....	254
19.8.2.3.	Contribuição sindical dos empregados e dos empregadores.....	255
19.8.2.4.	Adiantamentos.....	255
19.8.2.5.	Habitação e alimentação fornecidas como salário-utilidade.....	256
19.8.2.6.	Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).....	256
19.8.2.7.	Recibo de pagamento/Envelope de pagamento.....	256
19.8.2.8.	Vale-transporte.....	256
19.8.3.	Tabelas do IRRF e INSS para 2026 (ver item 17 desse livro).....	257
19.8.3.1.	Tabela de Isenção e Redução do IR – Mensal a partir de 1/1/2026.....	258

19.8.3.2. Tabela mensal do Imposto de Renda em 2026 > de R\$ 7.350,00	258
19.8.4 Recibos com demonstrativos de pagamentos.....	259
19.8.3.2. Tabela mensal do Imposto de Renda em 2026 > de R\$ 7.350,00	270
19.9. Calculando o Repouso Semanal Remunerado (RSR) em percentual – Considerando 65 horas.....	281
19.9.1. 31 dias no mês	281
19.9.2. 30 dias no mês	281
19.9.3. Trabalhou 16 dias no mês com 2 RSR.....	282

20

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	283
20.1. Legislação pertinente.....	283
20.2. Empregador e empregado	283
20.3. Acordo de extinção do contrato de trabalho entre empregado e emprega- dor.....	287
20.4. Fgts aos trabalhadores de juiz de fora	287
20.4.1. Quem faz Jus.....	287
20.4.2. Documentos exigidos.....	288
20.5. Medida Provisória para saque do FGTS	288
20.5.1. Quadro sinótico	288

21

AVISO PRÉVIO	289
21.1. Fundamentação legal.....	289
21.2. Quadro demonstrativo	289
21.3. Súmulas do egrégio tst sobre aviso prévio.....	292

22

EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	295
Introdução	295
22.1. Deveres do empregador na extinção do contrato de trabalho	296
22.2. Lista de procedimentos na extinção do contrato de trabalho	297
22.3. Profissional responsável pela extinção do contrato de trabalho – Deve apre- sentar no ato da rescisão do contrato de trabalho.....	299
22.4. Dispensa sem justa causa com média de horas extras – horista	300

SÚMULAS DO TST DERROGADAS – CUIDADOS ESPECIAIS

305

NORMAS TRABALHISTAS INFRALEGAIS 311

Introdução	313
24.1. TÍTULO I – Disposições Preliminares	314
24.2. TÍTULO II – Disposições Gerais	316
24.3. CAPÍTULO I – Do Programa Permanente De Consolidação, Simplificação E Desburocratização De Normas Trabalhistas Infralegais.....	316
24.4. CAPÍTULO II – Do Prêmio Nacional Trabalhista	320
24.5. CAPÍTULO III - Do Domicílio Eletrônico Trabalhista e do Livro de Inspeção do Trabalho Eletrônico (Redação Dada Pelo Decreto Nº 11.905, De 2024).....	321
24.6. CAPÍTULO IV – Da Fiscalização das Normas de Proteção ao Trabalho e de Saúde e Segurança no Trabalho	323
24.7. Seção I – Das denúncias sobre irregularidades e dos pedidos de fiscalização trabalhista.....	323
24.8. Seção II – Da atuação estratégica e preventiva da inspeção do trabalho	325
24.9. Seção III – Da atuação pela inspeção do trabalho.....	326
24.10. CAPÍTULO V – Das Diretrizes para Elaboração e Revisão das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho.....	327
24.11. CAPÍTULO VI – Do Certificado de Aprovação do Equipamento de Proteção Individual	331
24.12. CAPÍTULO VII – Do Registro Eletrônico de Controle de Jornada.....	333
24.13. CAPÍTULO VIII – Da Mediação de Conflitos Coletivos de Trabalho.....	334
24.14. CAPÍTULO IX – Das Empresas Prestadoras de Serviços a Terceiros	335
24.15. CAPÍTULO X – Do Trabalho Temporário	339
24.16. CAPÍTULO XI – Da Gratificação de Natal	348
24.17. CAPÍTULO XII – Das Relações Individuais e Coletivas de Trabalho Rural	350
24.18. CAPÍTULO XIII – Do Vale-Transporte.....	357
24.19. CAPÍTULO XIV – Do Programa Empresa Cidadã.....	364
24.20. CAPÍTULO XV – Da Situação de Trabalhadores Contratados ou Transferidos Para Prestar Serviços no Exterior.....	366
24.21. CAPÍTULO XVI – Do Repouso Semanal Remunerado e do Pagamento de Salário nos Feriados Cívicos e Religiosos	368
24.22. CAPÍTULO XVII – Da Relação Anual de Informações Sociais	373
24.23. CAPÍTULO XVIII – Do Programa de Alimentação do Trabalhador.....	374
24.24. TÍTULO III – Disposições Finais	383

25**PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO**

DO TRABALHADOR (PAT)	391
1. Auxílio-alimentação ao empregado	392
2. Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação.....	392
3. Penalidades – Multa ao empregador.....	393
4. Dedução do lucro tributável para fins de IR – pessoa jurídica	393
5. Alterações e Inserções na CLT sobre teletrabalho ou trabalho remoto	395
6. Quando a Lei nº 14.442/2022 entra em vigor.....	397
7. Texto atualizado da Lei nº 14.442/2022	398
8. Texto atualizado da Lei nº 6.321/76 na íntegra	400
9. Texto atualizado da CLT do Teletrabalho Artigos 75-A a 75-F na íntegra	403

26**LICENÇA PATERNIDADE (REGULAMENTA O INCISO XIX DO ART. 70 DA CF)..... 405**

26.1. Alterações Legislativas	405
26.2. A lei remete à aplicação, quando cabível.....	406
26.3. Comunicação obrigatória	406
26.4. Abrangência do benefício	406
26.5. Quadro sinótico da licença-paternidade “antes e depois”	407
26.6. Proteções ao trabalhador.....	407
26.7. Acréscimo especial	408
26.8. Salário-paternidade	408
26.9. Regras de uso	408
26.10. Hipóteses de Suspensão ou Indeferimento	408
26.11. Situações especiais	409
26.12. Suspensão, Cessação ou Indeferimento	409
26.13. Comentários diversos.....	409
26.13.1. Quem paga a conta	409
26.13.2. Quando começa	409
26.13.3. Impactos para gestão de pessoal	409
26.13.4. Normas e procedimentos	410
26.13.5. Comentário final	410
26.14. Lei na íntegra	410

DIVISÃO I – SISTEMAS DE CÁLCULOS TRABALHISTAS 419**BIBLIOGRAFIA 507**

Participantes para elaboração do livro.....	508
---	-----